

# Convênio pode ajudar na preservação

No mês que vem, a Câmara dos Deputados realizará uma sessão para discutir possíveis agressões ao plano arquitetônico de Brasília, tombado pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade. Em maio, uma delegação do Unesco virá a Brasília apurar denúncias de que a área tombada de Brasília não estaria sendo preservada. O Iphan garante que Brasília não corre o risco de perder o título concedido pelo Unesco e que vem tomando todas as providências contra eventuais agressores da arquitetura da cidade.

Segundo o Iphan, várias construções, fora dos padrões, foram identificadas

desde que Brasília foi tombada. Nesses casos, os responsáveis são notificados a adequar o projeto às normas. Em caso de desrespeito, o Instituto multa e entra com processo na Justiça contra os responsáveis. Mas o órgão quer tornar a fiscalização mais rígida, criando uma superintendência exclusiva para cuidar de Brasília.

Ao mesmo tempo, o governo federal promete aumentar o volume de recursos destinados à recuperação e preservação das cidades históricas e áreas tombadas pelo patrimônio histórico e cultural. O ministro da Cultura, Francisco Weffort, já assinou acordo com a Caixa Econô-

mica Federal para o financiamento desses projetos. Serão beneficiadas 20 cidades, entre elas Brasília, com financiamento e doação de recursos a fundo perdido. A idéia é recuperar as áreas e criar condições para seu aproveitamento econômico.

"Estamos conseguindo vincular cultura, economia e sociedade", afirmou Weffort. Os imóveis recuperados poderão ser aproveitados para moradia, comércio ou outras atividades, que gerem lucro e garantam a preservação da arquitetura. Os recursos, que serão liberados pela Caixa, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e União, podem viabilizar a

conclusão do plano arquitetônico de Brasília.

"A Esplanada pode ser melhorada", disse Pedro Taddei, coordenador do Programa Monumenta, destinado à preservação do patrimônio cultural. Segundo ele, o projeto original de Brasília, feito pelo arquiteto Lúcio Costa, previa a construção de galerias suspensas entre os prédios dos ministérios. As galerias seriam ocupadas pelo comércio, que geraria emprego e principalmente atenderia milhares de pessoas que trabalham nos ministérios, Congresso e tribunais.

Isto, porém, é apenas uma idéia, segundo Taddei,

porque cada cidade tem que elaborar seu projeto, encontrar parceiros na iniciativa privada e encaminhá-lo ao Ministério da Cultura. Conforme o caso, o governo arcará com os custos de recuperação da parte externa dos imóveis e os proprietários ou compradores terão financiamento para as obras internas.

Um casarão antigo, por exemplo, pode ser transformado em moradia para duas ou mais famílias, que poderão adquiri-las com empréstimo da Caixa. "Não podemos olhar somente a recuperação. É importantíssimo darmos condições para que o habitante fique no local",

disse Carlos Heck, presidente do Iphan.

O prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, está implantando um projeto de recuperação dos prédios抗igos para servir de moradia para os funcionários públicos. Segundo ele, o município vem aplicando R\$ 15 milhões por mês na recuperação de seu patrimônio arquitetônico. Agora, ele espera obter mais recursos para tocar o projeto de restauração, elaborado pela TCBR, empresa de Brasília.

São Paulo, Salvador, São Luís, Olinda, Ouro Preto, Recife e Rio de Janeiro também foram incluídas no programa como áreas prioritárias.